


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2021



LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO-Associação Mutualista

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados de Atividades.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Inventários	18
7. Rédito.....	18
8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	20
10. Ativos Biológicos	21
11. Benefícios dos empregados.....	21
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
13. Outras Informações	22
13.1. Investimentos Financeiros	22
13.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
13.3. Clientes e Utentes.....	23
13.4. Outros Ativos Correntes	23
13.5. Diferimentos	23
13.6. Caixa e Depósitos Bancários	23
13.7. Fundos Patrimoniais	24
13.8. Fornecedores	24
13.9. Estado e Outros Entes Públicos	24
13.10. Outros Passivos Correntes.....	25
13.11. Subsídios, doações e legados à exploração	25

13.12. Fornecimentos e serviços externos	25
13.13. Outros rendimentos.....	26
13.14. Outros gastos.....	26
13.15. Resultados Financeiros	26
13.16. Acontecimentos após data de Balanço	27

Balço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 104 559,52	5 169 621,52
Ativos Biológicos	6 e 10	2 066,00	1 840,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	100 698,96	109 844,92
Subtotal		5 207 324,48	5 281 306,44
Ativo corrente			
Inventários	6	708,77	1 304,32
Ativos Biológicos	6 e 10	1 190,00	1 820,00
Clientes	13.3	10 398,42	9 951,93
Estado e outros Entes Públicos	13.9	4 098,26	2 684,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	10 851,60	10 124,22
Outras contas a receber	13.4	28 278,21	13 715,00
Diferimentos	13.5	5 002,19	4 572,91
Outros Ativos financeiros	13.1	4 407,48	3 537,02
Caixa e depósitos bancários	13.6	139 673,99	152 365,89
Subtotal		204 608,92	200 075,77
Total do Ativo		5 411 933,40	5 481 382,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	13.7	4 801 882,30	5 034 952,42
Fundos		1 614 235,90	1 614 235,90
Reservas		125 219,02	125 219,02
Resultados transitados		(533 508,32)	(303 555,93)
Excedentes de revalorização		2 785 652,56	2 785 652,56
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	810 283,14	813 400,87
Resultado Líquido do período		(80 394,44)	(229 952,39)
Total do fundo do capital		4 721 487,86	4 805 000,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	507 020,71	528 496,51
Subtotal		507 020,71	528 496,51
Passivo corrente			
Fornecedores	13.8	15 406,91	18 513,33
Estado e outros Entes Públicos	13.9	22 136,28	18 364,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2	2 104,91	2 139,25
Diferimentos	13.5	-	1 186,08
Outras contas a pagar	13.10	143 776,73	107 682,49
Subtotal		183 424,83	147 885,67
Total do passivo		690 445,54	676 382,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 411 933,40	5 481 382,21

Contabilista Certificado nº 33314

A DIRECÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas		
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	681 549,22	755 178,06
Subsídios, doações e legados à exploração	9/13.11	444 566,73	401 821,45
Variação nos inventários da produção	6	(586,00)	1 138,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(109 984,12)	(121 513,01)
Fornecimentos e serviços externos	13.12	(161 315,76)	(167 966,70)
Gastos com o pessoal	11	(776 372,53)	(728 152,98)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	8	21 475,80	24 799,57
Aumentos/reduções de justo valor	10	182,00	(1 365,00)
Outros rendimentos e ganhos	13.13	105 417,64	125 645,20
Outros gastos e perdas	13.14	(220 193,02)	(453 690,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(15 260,04)	(164 105,99)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(69 624,76)	(71 651,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(84 884,80)	(235 757,61)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.15	4 490,36	5 805,22
Resultados antes de impostos		(80 394,44)	(229 952,39)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(80 394,44)	(229 952,39)

Contabilista Certificado nº 33314

A DIRECÇÃO

Demonstração dos Resultados de Atividades

RENDIMENTOS E GASTOS	TOTAL	Mutualismo	Agricultura	Apoio à Juventude			Apoio à Terceira Idade				Carenciados
				Creche	Pre escolar	TOTAL	Lar	Centro Dia	Apoio Dom	TOTAL	P.E.A.
Vendas e serviços prestados	681 549,22	209 526,56	1 050,00	32 597,70	38 536,18	71 133,88	346 846,22	2 031,54	50 961,02	399 838,78	
Subsídios, doações e legados à exploração	444 566,73	6 665,87	3 664,66	136 760,53	107 384,67	244 145,20	34 045,26	7 581,95	138 258,79	179 886,00	10 205,00
Imparidades de ativos	-										
Varição nos inventários da produção	586,00		586,00			-				-	
Custo das matérias consumidas	109 984,12		3 186,82	10 484,50	10 508,29	20 992,79	47 976,80	1 641,47	26 686,55	76 304,82	9 499,69
Fornecimentos e serviços externos	161 315,76	29 242,69	4 068,30	11 104,49	20 216,38	31 320,87	67 692,49	5 214,10	19 457,72	92 364,31	4 319,59
Gastos com o pessoal	776 372,53	132 244,37		112 269,57	120 062,12	232 331,69	261 319,16	15 671,64	134 742,70	411 733,50	62,97
Provisões (aumentos / reduções)	21 475,80	21 475,80				-				-	
Ganhos/perdas de justo valor	182,00		182,00								
Outros rendimentos e ganhos	105 417,64	82 125,01		1 761,48	17 759,84	19 521,32	172,14	4,56	3 583,20	3 759,90	11,41
Outros gastos e perdas	220 193,02	217 609,92	1,59	136,55	125,70	262,25	2 077,69	29,24	205,80	2 312,73	6,53
	-					-				-	
	15 260,04	59 303,74	2 946,05	37 124,60	12 768,20	49 892,80	1 997,48	12 938,40	11 710,24	769,32	3 672,37
Gastos de depreciação e de amortização	69 624,76	4 689,75	390,85	10 356,71	999,83	11 356,54	45 291,19	4 369,11	3 417,13	53 077,43	110,19
Resultado operacional	84 884,80	63 993,49	3 336,90	26 767,89	11 768,37	38 536,26	43 293,71	17 307,51	8 293,11	52 308,11	3 782,56
Juros e rendimentos similares obtidos	4 490,36	4 490,36									
Juros e gastos similares suportados	-									-	
Resultados antes de impostos	80 394,44	59 503,13	3 336,90	26 767,89	11 768,37	38 536,26	43 293,71	17 307,51	8 293,11	52 308,11	3 782,56
Resultado líquido do período	80 394,44	59 503,13	3 336,90	26 767,89	11 768,37	38 536,26	43 293,71	17 307,51	8 293,11	52 308,11	3 782,56

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		525 204,32	575 062,23
Proveitos inerentes a associados		156 450,36	171 052,64
Pagamentos de capitais vencidos a associados		(215 257,18)	(332 067,37)
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(274 560,11)	(294 918,99)
Pagamentos ao pessoal		(769 689,96)	(740 553,90)
Caixa gerada pelas operações		(577 852,57)	(621 425,39)
Outros recebimentos/pagamentos		475 950,64	424 141,71
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(101 901,93)	(197 283,68)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(4 312,89)	(2 962,58)
<i>Investimentos financeiros</i>		(870,46)	2 024,52
Recebimentos provenientes de:			
<i>Rendimentos propriedades de investimentos</i>		79 013,47	88 037,75
<i>Outros Ativos-Alienação propriedades de investimentos</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		4 490,36	5 805,22
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		78 320,48	92 904,91
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Realizações de fundos -reembolsos empréstimo ao pessoal/associados</i>		8 452,54	9 753,23
<i>Doações</i>		2 437,01	3 896,12
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		10 889,55	13 649,35
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		152 365,89	243 095,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.6	139 673,99	152 365,89

Contabilista Certificado nº 33314

A DIRECÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO- Associação Mutualista, com sede na Rua Nova nº 10-1º em Évora, contribuinte numero 500 877 386, existente desde 15/10/1926 tutelada pelo Ministério da Segurança Social.

Com estatuto aprovado de Instituição Particular de Segurança Social, pelo D/L 119/83 de 25 de Fevereiro, registada na Direção Geral de Ação Social sob o nº 13/81 de 18/8/1991 fls 12 e verso do livro nº 1 das Associações Mutualista, publicada em Diário da Republica em 12/7/1989.

A Instituição goza das regalias que o decreto lei 9/85 concede às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Entidade isenta em IRC conforme despacho de Direção Geral das Contribuições e Impostos, datada de 1/3/1989

- Categoria C – rendimento das atividades desenvolvida no âmbito dos seus fins estatutários
- Categoria E- rendimentos de capitais
- Categoria F – rendimentos prediais
- Categoria G- ganhos de mais-valias

Atividades económicas desenvolvidas de acordo com o quadro infra:

TIPO	CAE	Designação
PRINCIPAL	65112	OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES DE SEGURANÇA SOCIAL
SECUNDARIO	88910	ACTIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO
PRINCIPAL	87301	ACTIVIDADES APOIO A IDOSOS COM ALOJAM,ENTO
SECUNDARIO	88990	OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E.
SECUNDARIO	85100	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) que é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

As “Propriedades de Investimento” estão registadas pelo custo histórico e por força da norma aplicável a partir de 2016- Norma 7, alinea 5 - por serem reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas.

Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários (matérias primas) o o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros passivos correntes

Os “*Cientes*” e as “*Outros passivos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos permanentes das modalidades de benefícios sujeitas a reservas matemáticas;
- fundo de reserva legal e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas.

Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*), quando ocorridos, são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

A Entidade reúne as condições necessárias para a isenção de IRC no desenvolvimento da sua atividade.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No presente ano a Entidade não alterou a política contabilísticas .

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no ano corrente e ano transato, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	26 935,09				26 935,09
Edifícios de rendimentos	862 148,64				862 148,64
Edifícios -Valencias	5 076 076,12				5 076 076,12
Equipamento básico	187 390,88	2 676,02			190 066,90
Equipamento de transporte	102 034,21				102 034,21
Equipamento administrativo	429 394,31	286,56			429 680,87
Total	6 683 979,25	2 962,58	-	-	6 686 941,83
Depreciações acumuladas					
Propriedades de Investimento	-		-	,	-
Edifícios -Valencias	745 790,69	63 051,45	-		808 842,14
Equipamento básico	177 201,20	4 635,12		-	181 836,32
Equipamento de transporte	95 050,15	3 643,88		-	98 694,03
Equipamento administrativo	427 626,65	321,17		-	427 947,82
Total	1 445 668,69	71 651,62	-	-	1 517 320,31
				Ativo Líquido	5 169 621,52

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
Terrenos e recursos naturais	26 935,09				26 935,09
Edifícios de rendimento	862 148,64				862 148,64
Edifícios -Valencias	5 076 076,12				5 076 076,12
Equipamento básico	190 066,90	4 312,89			194 379,79
Equipamento de transporte	102 034,21				102 034,21
Equipamento administrativo	429 680,87				429 680,87
Total	6 686 941,83	4 312,89	-	-	6 691 254,72
Depreciações acumuladas					
					-
Edifícios e Outras Construções	808 842,14	63 051,45		(249,87)	871 643,72
Equipamento básico	181 836,32	2 912,59			184 748,91
Equipamento de transporte	98 694,03	3 340,18			102 034,21
Equipamento administrativo	427 947,82	320,54			428 268,36
Total	1 517 320,31	69 624,76	-	(249,87)	1 586 695,20
				Ativo Líquido	5 104 559,52

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Custo	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	106 797,30	1 304,32	106 201,75		708,77
Compras p/ativos biológicos	3 186,82		3 186,82		
Ativos Biológicos consumíveis		1 820,00		-	1 190,00
Ativos Biológicos reprodutores	-	1 840,00	-	-	2 066,00
Total	109 984,12		109 388,57	-	3 964,77
Custo dos ativos biológicos		3358,08			3 186,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		118 154,93			106 797,30
Variações nos inventários da produção		1 138,00			(586,00)

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” correspondem a Matérias primas , sendo utilizado o método de custeio de FIFO, respeitando assim os prazos de validade das matérias primas.

7. Rédito

Para os períodos de 2020 e de 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas - ativos biológicos	1 050,00	945,00
Prestação de Serviços	680 499,22	754 233,06
Proveitos inerentes a associados	156 450,36	171 052,64
Quotas e Jóias	52 946,20	55 520,86
Quotas dos utilizadores - serviços apoio social	471 102,66	527 419,56
Promoções para captação de recursos		240,00
Total	681 549,22	755 178,06

8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões Matemáticas das Modalidades Mutualistas

Nos termos previstos no nº1 do artigo 62º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto Lei nº 59/18, de 2 de agosto, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que, designadamente, impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários, está a mesma obrigada a periodicamente, calcular o valor actuarial dessas suas responsabilidades.

O valor actuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados em determinada modalidade de benefícios é designado por Reserva Matemática.

Nos termos previsto no 57º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade. Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas Matemáticas (artigo 57º, nº1).

Neste mesmo sentido, vai o disposto nos Estatutos do Legado do Caixeiro Alentejano -Associação Mutualista.

Por forma a ser dado cumprimento ao supra referido a Entidade tem como actuarial titular o membro da IAP -235 Henrique Oliveira Pêgas que elaborou o mapa de reservas Matemáticas por modalidade associativa cujo relatório faz parte integrante deste Anexo.

Os movimentos de variação do calculo das provisões matemáticas, agrupado em 5 classes de modalidades, resumem-se no seguinte mapa:

O valor do cálculo actuarial para 2021 ascendeu 1.137.173,23 euros e está reconhecido na nota 13.7- Capitais Próprios.

Modalidade	2020	Aumentos	Diminuições	2021	Ativo afeto às modalidades	Grau de cobertura
Vida Inteira	437 622,73		(3 401,13)	434 221,60	Bem do Ativo nº2004/009 Edificio Quinta dos Apostolos	
Subsidio Misto	468 932,57		(66 159,20)	402 773,37		
Transf. Misto Crescente	12 856,63		(4 403,36)	8 453,27		
Trans.Subsidio Repartido	9 658,95	(885,05)	-	8 773,90		
Subsidio Repartido	294 581,89		(11 630,80)	282 951,09		
Total	1 223 652,77	(885,05)	(86 479,54)	1 137 173,23	1 683 996,80	138%
Nº subscrições	1928			1838		

De acordo com o estabelecido no nº 1 e nº 2, do artigo 70º do CAM, as associações mutualistas devem evidenciar, o património afeto aos fundos permanentes e aos fundos próprios de cada modalidade de benefícios. Nesse sentido a Entidade tem afeto o Ativo mencionado no quadro supra, registando-se um grau de cobertura de 124%.

Outras Provisões – Pensões a pagamento

O reconhecimento da provisão tem por base a actualização da responsabilidade, conforme mapa infra:

Descrição	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Outras provisões-Pensões vitalícias	528 496,51	-	(21 475,80)	507 020,71
Total	528 496,51	-	(21 475,80)	507 020,71

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” não tendo havido quaisquer “Apoios do Governo”:

As doações encontram-se detalhadas no mapa 13.11

Descrição	2021	2020	Fluxo financeiro em 2020	
			Protocolado	fluxo recebido
Subsídios apoio social	378 099,90	369 536,16	349 742,16	357 506,60
Infancia e Juventude	213 976,92	207 322,34	213 976,92	
Terceira Idade	135 765,24	145 359,12	135 765,24	
Cantinas sociais	10 205,00	14 307,50		
Compensação salarial -Infancia	17 730,24			16 941,80
Subsidio Covid creche	422,50	2 547,20		
Outros	60 586,21	23 583,25	61 978,11	57 814,21
IFAP	3 664,66	3 205,80	3 664,66	3 664,66
IEFP	36 910,45	13 848,35	38 302,35	38 138,45
Apoio Covid-familia e adaptar	20 011,10	6 529,10	20 011,10	16 011,10
Total dos Subsídios e Doações	444 566,73	401 821,45		

Subsidio atribuído à Entidade, a **fundo perdido**, para financiamento de ativos tangíveis, conforme mapa

Investimento		Depreciação do exercício			LIQUIDO
Descrição	Valor	Taxa	do exercício	Acumulada	
Obra Segurança Contra Incêndios	49 991,40	2%	999,83	16 997,11	32 994,29
Subsidio ao investimento					
ISSS	25 256,00	2%	505,12	8 081,92	17 174,08
Fundo Socorro Social	14 744,00	2%	294,88	4 108,12	10 635,88
Projeto -apoio domiciliário	45 192,52	div.taxas	3 340,18	45 192,52	-
Viatura	29 151,00		3 340,18	29 151,00	-
Equipamentos básicos	15 377,72		-	15 377,72	-
Equipamentos Informáticos	663,80			663,80	-
Subsidio ao investimento-Proder	31 333,99		2 317,73	31 333,99	-
		nota 13.13	3 117,73		

10. Ativos Biológicos

Ativos mensurados ao justo valor conforme paragrafo 13 da NCRF 17, na classe de animais Ovinos reprodutores e respetivas Crias, descriminado por categorias como segue.

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, esta classe de ativos registou os seguintes movimentos:

DESCRIÇÃO	2021			2020
	Unidades	Unitário	Valor Total	Valor
Produção	-	-	-	-
Femeas reprodutores	44	44,00	1 936,00	1 720,00
Macho reprodutor	1	130,00	130,00	120,00
			-	-
Consumíveis			-	-
Crias	17	70,00	1 190,00	1 820,00
Total	62,00		3 256,00	3 660,00

Justo valor Animais Produção	182,00	- 1 365,00
Variação da produção - Crias	- 630,00	
Variação da produção - reprodutores	44,00	

11. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS. O número de membros dos órgãos diretivos são “5” .

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	580 943,98	551 204,90
Benefícios Pós-Emprego	41 968,31	41 968,31
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	119 837,93	128 124,22
Seguros Acidentes Trabalho+HST	6 078,27	6 061,26
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal, dos quais:	27 544,04	794,29
indeminizações	24 866,00	
Total	776 372,53	728 152,98

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no presente ano foi de “ 47 ” e no ano anterior “48” .

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	-	-
Outros Ativos Financeiros	4 407,48	3 537,02
FGCT	4 407,48	3 537,02
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	4 407,48	3 537,02

13.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros	10 851,60	10 124,22
Quotas		
Ativo corrente	10 851,60	10 124,22
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	100 698,96	109 844,92
Empréstimos concedidos a MLP	100 698,96	109 844,92
Total	111 550,56	119 969,14
Passivo		
Fundadores/associados/membros	2 104,91	2 139,25
Total	2 104,91	2 139,25

13.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	10 398,42	9 951,93
Total	10 398,42	9 951,93

13.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes* ” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Empréstimos ao pessoal -MLP		-
Outras operações com o pessoal-penhoras		-
Outros Devedores, dos quais:	26 923,74	13 279,58
Acordos cooperação IGFSS		-
Adiantamentos ao pessoal	1 354,47	435,42
Total	28 278,21	13 715,00

13.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	3 270,73	3 024,47
Outros Custos	1 731,46	1 548,44
Total	5 002,19	4 572,91
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios IEFP	-	1 186,08
Total	-	1 186,08

13.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	649,69	575,22
Depósitos à ordem	122 024,30	151 790,67
Depósitos a prazo	17 000,00	
Total	139 673,99	152 365,89

13.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos permanentes	1 614 235,90			1 614 235,90
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	125 219,02			125 219,02
Resultados transitados	(303 555,93)		(229 952,39)	(533 508,32)
Excedentes de revalorização	2 785 652,56			2 785 652,56
Outras variações- Subsidios ao investimento	30 927,69		(3 117,73)	27 809,96
Outras variações- Reexpressões	782 473,18			782 473,18
Total	5 034 952,42	-	(233 070,12)	4 801 882,30

O valor dos Fundos Permanentes 1.614.235.90 deve pelo menos corresponder ao valor das reservas matemáticas das várias modalidades associativas que a Entidade tem como responsabilidade financeira futura perante os seus mutuários.

Tendo por base o relatório do Técnico Actuarial a responsabilidades à presente data atinge o montante de 1 137 173,23 euros estando por isso perfeitamente acautelados os direitos futuros dos associados.

13.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	15 406,91	18 513,33
Total	15 406,91	18 513,33

13.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida como segue:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 661,87	248,09
Outros Impostos e Taxas	2 436,39	2 436,39
Total	4 098,26	2 684,48
Passivo		
Imposto Rend. Pessoas Singualres (IRS)	7 187,00	4 625,73
Segurança Social	14 815,07	13 628,34
Outros Impostos e Taxas	134,21	110,45
Total	22 136,28	18 364,52

13.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	29 394,77	-	203,00
Remunerações a pagar		29 394,77	-	-
Outras operações	-		-	203,00
Credores por acréscimos de gastos		99 125,25		100 771,82
Outros credores, dos quais:	-	15 256,71	-	6 707,67
Cauções de rendas e residentes		5 666,60		2 761,58
IGFSS-Subsídios de diferença de utentes		7 092,52		876,15
Total		143 776,73		107 682,49

13.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos em análise os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Doações em espécie	3 443,61	4 805,92
Legados	2 437,01	3 896,12
	-	
Total	5 880,62	8 702,04

Total dos Subsídios e Doações	444 566,73	401 821,45
--------------------------------------	-------------------	-------------------

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

13.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos em reporte, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos		
Serviços especializados	25 709,17	25 265,07
Materiais	4 898,02	7 551,21
Energia e fluidos	44 819,51	58 795,95
Conservação e reparação	14 590,35	11 211,56
Limpeza ,Higiene e conforto	29 724,93	32 680,96
Outros fornecimentos e serviços, dos quais:	41 573,78	32 461,95
Comunicação	5 424,45	5 296,68
Despesas com os utentes	21 871,97	18 578,65
Total	161 315,76	167 966,70

13.13. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Rendas e outros rendimentos	79 013,47	102 937,75
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	26 404,17	22 707,45
Imputação subsídios ao investimento	3 117,73	4 428,81
Total	105 417,64	125 645,20

13.14. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1 744,42	1 712,88
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		116 476,65
Perdas em inventários		
Outros Gastos	3 191,42	3 433,68
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		-
Perda na alienação de propriedades investimento		-
Capitais vencidos a associados	215 257,18	332 067,37
Total	220 193,02	453 690,58

13.15. Resultados Financeiros

Nos períodos em reporte foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
De financiamentos concedidos	3 336,85	4 751,17
Juros de mora	1 153,51	1 054,05
Total	4 490,36	5 805,22
Resultados financeiros	4 490,36	5 805,22

13.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Órgão de Gestão em ___ de Março de 2022.

Évora, ___ de Março de 2022

Contabilista Certificado

O Órgão de Gestão
